



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GABRIEL PEDRO DE MELO SILVA

A RELAÇÃO ENTRE O FUTEBOL E AS DUAS DITADURAS BRASILEIRAS: A  
VARGUISTA E A MILITAR

RECIFE  
2025

GABRIEL PEDRO DE MELO SILVA

A RELAÇÃO ENTRE O FUTEBOL E AS DUAS DITADURAS BRASILEIRAS: A  
VARGUISTA E A MILITAR

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado à  
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE  
como requisito parcial para graduação.  
Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Giselda Brito



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RECIFE  
2025

**RESUMO:** Este estudo propõe um debate historiográfico acerca da utilização do futebol pelos regimes ditatoriais brasileiros do século XX, em especial a Ditadura Vargasista (1930-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985). Busca-se analisar o processo de construção desse esporte no âmbito nacional, bem como sua relevância política e social. Além disso, discute-se as estratégias empregadas por tais regimes no uso do futebol como instrumento de propaganda e legitimação, assim como os resultados almejados ao explorarem a prática esportiva mais popular do país

**Palavras-chave:** Futebol, Ditadura Vargasista, Ditadura Militar

**ABSTRACT:** This study proposes a historiographical debate on the use of football by Brazilian dictatorial regimes of the 20th century, particularly the Vargas Dictatorship (1930–1945) and the Military Dictatorship (1964–1985). It seeks to analyze the process of constructing this sport within the national sphere, as well as its political and social relevance. Furthermore, it discusses the strategies employed by these regimes in using football as an instrument of propaganda and legitimation, as well as the intended outcomes of exploiting the country's most popular sport.

**Keywords:** Football, Vargas Dictatorship, Military Dictatorship.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CBF – Confederação Brasileira de Futebol

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas

*FIFA – Fédération Internationale de Football Association*

CBD – Confederação Brasileira de Desportos

SNI – Serviço Nacional de Informações

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas

CND – Conselho Nacional de Desportos

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

PCB – Partido Comunista Brasileiro

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>9</b>
<b>2.1 O Futebol: Breve Histórico .....</b>	<b>9</b>
<b>2.2 O Futebol: No Brasil .....</b>	<b>10</b>
<b>2.3 O Futebol: O Estado Novo Vargasista .....</b>	<b>11</b>
<b>2.4 O Futebol: A Ditadura Militar de 1964 .....</b>	<b>15</b>
<b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>20</b>
<b>Referências .....</b>	<b>22</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A paixão é que move uma pessoa a estudar sobre futebol. Seja a paixão do torcedor ou do espectador. Há ainda a paixão do praticante da modalidade esportiva, por simples diversão ou de descarrego de tensões. Por fim existe a paixão, não menos intensa, pela história, essa qual motiva e aguça o historiador a buscar, entender, estudar e debater sobre a presente questão. Tudo isso leva a influenciar e determinar a escolha do presente tema (SANTOS, 2015).

O futebol sendo essa massa esportiva que está presente no dia a dia da nação, sendo não só como um esporte, mas, como um objeto de estudo por diversas áreas, entre eles a história, que busca entender os fenômenos relacionados a esse esporte, e sua relação com a historiografia e construção social de diversas nações. Reveste-se de importância estudar o futebol e o seu poder ligado a segmentos sociais, além dos motivos pelos quais os políticos, de modo geral, uniram suas imagens ao futebol, em especial durante as ditaduras às quais o presente estudo se reporta (SANTOS, 2015).

A partir de fins do século XIX até a atualidade já no século XXI e tendo passado por todo o século XX, uma das atividades esportivas que nos acompanha moldando muito do nosso comportamento e sendo usado como meio de propaganda política em nossa história é o futebol (MAGALHÃES, 2010).

Não é privilégio do Brasil que o futebol seja esporte popular. A popularidade do futebol está difundida no mundo, essa popularização sendo ligada à importância da luta da classe trabalhadora, inicialmente na Inglaterra com a “Lei das 10 Horas”, que limitava o tempo de trabalho diário, dando os operários mais tempo livre para praticar esportes, como o futebol, o que acabou popularizando ainda mais esse esporte. O significado que esse esporte adquiriu para o Brasil pode até não ser o mesmo que em outros países, entretanto também representa importante elemento cultural e de identidade nacional para países como Inglaterra, Argentina e Uruguai. Dessa forma pode-se afirmar que a história do futebol representa parte significativa da história do mundo, em especial no conturbado século XX (MAGALHÃES, 2010)

Médicos, preparadores físicos, treinadores e atletas, profissionais que auxiliavam à prática do futebol passaram a se dedicar com exclusividade ao futebol em decorrência do paulatino aumento da popularização do esporte. Na década de 30 clubes deram início ao pagamento de gratificações em dinheiro aos seus atletas. Jogadores de futebol de países como Itália, Argentina, Uruguai tinham seus jogadores de futebol considerados profissionais, o que levou à saída de inúmeros jogadores do Brasil para o exterior abrindo um vazio no país (MATTAR, 2012 *apud* MANOEL, 2017).

O governo como centralizador das ações, a princípio concentrou suas ações à legislação do futebol – no decurso da década de 1940. É de se crer que a regulamentação tenha influenciado na construção da identidade nacional, até porque a pregação do Estado Novo era de princípio nacionalista em todos os setores, inclusive no esporte. Implícito no discurso proferido por Vargas em São Paulo, quando da inauguração do Estádio de Futebol do Pacaembu em 28 de abril de 1940 (NEGREIROS, 1997.p.42 apud MANOEL, 2017):

As linhas sombrias e belas de sua imponente massa de cimento e ferro, não valem, apenas, como massa de expressão arquitetônica, valem como uma afirmação de nossa capacidade e do esforço criador do novo regime na execução do programa de realizações. É ainda, sobretudo este monumental campo de jogos esportivos uma obra de sadio patriotismo, pela sua finalidade de cultura física e educação física (NEGREIROS, 1997.p.42 *apud* MANOEL, 2017).

A seleção brasileira aparece, então como importante meio de estruturação da unidade nacional no decorrer do período populista, em sua primeira fase. Nesse momento muito mais dirigida a uma posição externa dessa unidade – a comparação, pura e simples, do Brasil com os demais países e respectivas seleções e o que se deveria demonstrar era a força do Brasil e do seu povo de modo simbólico. Não apenas o futebol, mas o esporte em geral tem ação relevante na discussão e formação interna do país e está prolongou-se por todo o período populista vindo a se consolidar, de fato, durante a ditadura militar (SCHLATTER, 2009).

O futebol chegou no Brasil com a razão da sociedade oligárquica em vigor, durante esse período, decorrente de pontos meio que isolados, dos quais se expandiu de modo independente. O resultado foi que a estruturação do esporte aconteceu de modo dividido, nas mais diversas regiões, papel este, que coube, em outros países, aos campeonatos nacionais (SCHLATTER, 2009).

A partir de 1964 até março de 1985 esteve em vigor o regime de governo militar que se caracterizou pela forte repressão à oposição e aos direitos constitucionais por meio de atos institucionais, censura, tortura, perseguição política, cassação de mandatos e restrições aos direitos políticos e o futebol foi um dos instrumentos de legitimação dessa ditadura, com a associação da imagem do “líder” às vitórias na área esportiva. A seleção brasileira de futebol foi amplamente exposta vindo a se tornar, seja no âmbito interno, seja no âmbito externo do país, a ferramenta que ajudaria a passar um falso clima de normalidade política, desviando o foco das oposições, que se articulavam cada vez mais (SANTOS, 2015).

## **2. DESENVOLVIMENTO**

A profissionalização de atletas e a transformação do futebol em esporte de massas fez com que a imagem do futebol fosse paulatinamente sendo usada por alguns governos. Essa conexão desperta a curiosidade e leva à necessidade de pesquisa das razões pelas quais esse fenômeno acontece.

Diante de todas as possíveis variantes de indagações que surgem considera-se como real problema: Quais os artifícios que cada governo ditatorial lançou mão para fazer do futebol arma de propaganda política?

Dada as diferenças da Ditadura Vargasista e a Ditadura Militar, sendo a Vargasista envolta da ideia de um “líder” civil, apoiado pelos militares e que pregava valores nacionalistas e utilizava-se de artifícios como a propaganda para criar a imagem de um líder soberano de uma nação. Enquanto, a Ditadura Militar surgiu a partir de um golpe militar, apoiado por uma parcela da sociedade civil, com valores alinhados aos Estados Unidos durante o período da Guerra Fria, e que durante os vinte e um anos em que esteve vigente, não possuía um caráter de “culto ao líder” tão presente como na Ditadura Vargasista.

Evidenciar os artifícios usados pelos governos ditatoriais do século XX para propaganda política pelo futebol é o objetivo específico do presente estudo. A Partir desse objetivo, partimos para uma análise da produção historiográfica relacionando o futebol e as duas ditaduras brasileiras destacando os usos do futebol na propaganda política da ditadura do Estado Novo, demonstrando também a relação entre o futebol e o regime militar de 1964.

## **2.1 O Futebol: Breve Histórico**

Especialmente no Brasil, o futebol é o esporte mais popular do mundo sem sombra de dúvidas. O futebol parece exercer um encanto muito grande sobre as pessoas, seja na prática ou na apreciação dos grandes espetáculos proporcionados pelos atletas – amadores ou profissionais – no decurso das partidas jogadas (BERTUOL; CALÇADO, 2010).

Historicamente, desde o século II, Roma, China, Grécia e Japão praticavam esportes com bastantes semelhanças com o desporto como hoje é conhecido, entretanto não tinha a atual denominação porque era, em verdade, um treinamento militar. Tendo-se encontrado referências em pesquisas de que:

...na China antiga, por volta de três mil anos a.C., os militares chineses praticavam um jogo que na verdade era um treino militar. Após as guerras, formavam equipes para chutar a cabeça dos soldados inimigos. Com o tempo, as cabeças dos inimigos foram sendo substituídas por bolas de couro revestidas com cabelo. Formavam-se duas equipes com oito jogadores e o objetivo era passar a bola de pé em pé sem deixar cair no chão, levando-a para

dentro de duas estacas fincadas no campo. Estas estacas eram ligadas por um fio de cera, com forme encontrado em <www.suapesquisa.com>” (BERTUOL; CALÇADO, 2010).

Apesar de a França reclamar para si o título de “Pai do Futebol” por haver sido levado para lá quando os romanos – sob o comando de Júlio César – ali estiveram nos anos 58 a 51 a.C. tem-se por outro lado, a Itália que também reivindica o título porque em 1529 foi jogado pela primeira vez um jogo, designado de Cálcio, em Florença, entretanto o jogo se realizou como forma de dirimir desavenças entre duas facções rivais e o episódio se repete todos os anos (BERTUOL; CALÇADO, 2010).

Séculos depois, também na Inglaterra, surge o futebol moderno decorrente da união de clubes que discordavam de algumas regras do *rugby*. Esses clubes uniram-se e criaram esporte em que não houvesse condução da bola com as mãos. As regras deste esporte, foram regulamentadas em 1846 pela Universidade de Cambridge. Evidentemente que as regras eram muito novas e continham diferenças com as do futebol. Diferenças como não limitação do número de jogadores, nem a extensão do campo, nem a altura do arco, nem o tempo de duração das partidas (SILVA, 2017).

O futebol existiu sem regras por muito tempo. Só veio a ocorrer mudanças em princípios do século XVIII, promovidas por estudantes de escolas da alta sociedade inglesas que trocavam esportes habituais – esgrima e caça – pelo futebol. Foi considerado esporte violento e bárbaro vindo a ser proibido, mas não surtiu efeito. Foram então criadas regras e, em 1863, na conferência em Cambridge, criou-se código de regras para o futebol. Os ingleses criaram a *The Foot Ball Association*, que existe até hoje como órgão assessor da FIFA. Essas regras – que em 1938 sofreu uma revisão geral – foram difundidas para a população (BERTUOL; CALÇADO, 2010).

## 2.2 O Futebol: No Brasil

Em fins do século XIX, precisamente em 1894, o futebol chega ao Brasil por meio de Charles Miller, filho de escocês que veio trabalhar na *São Paulo Railway Company*, e da brasileira, Carlota Antunes Fox. Foi estudar na Inglaterra, na *Banister Court School*, em *Southampton*. Retornou da Inglaterra em 1894 trazendo na bagagem como bolas, uniformes e livro com as regras do futebol. Miller é considerado o pai do futebol no Brasil (SILVA, 2017).

Miller sabia que muito pouco se conhecia das regras de futebol, então empenhou-se em promover partidas na capital paulista, formar times, fundar clubes, como resultado é visto como o pioneiro da nova modalidade e segundo Aquino, 2002:

A historiografia assinala a data de 14 de abril de 1895 para realização da primeira partida de futebol no Brasil. Graças aos esforços de Charles Miller, enfrentaram-se no campo da Cia. Paulista de Viação as equipes de trabalhadores do *The Team Gaz* e do *The São Paulo Railway* (AQUINO, 2002, p. 26 *apud* SANTOS, 2015).

Em 1898, o professor Augusto Shaw volta dos Estados Unidos com uma bola de basquetebol – esse esporte seria ensinado aos alunos. Entretanto os alunos preferiram jogar com os pés e não com as mãos em sua prática, ao que deu origem ao primeiro clube de futebol que recebeu o nome de Associação Atlética Mackenzie College – AAMC.

O futebol ganhou popularidade muito rapidamente na sociedade da época. A princípio restrito à aristocracia da sociedade, com o crescimento urbano do Brasil foi se difundindo entre as camadas mais populares, em especial com a organização de clubes de futebol (SILVA, 2017).

O Brasil é das maiores potências do futebol em pouco mais de cento e trinta anos de sua chegada. Contando com expressivos números de conquistas no planeta. São títulos masculinos: Seleção com cinco títulos de mundiais – 1958, 1962, 1970, 1994, 2002 – da *Fédération Internationale de Football Association – FIFA*; clubes brasileiros tem 10 títulos mundiais – entre Intercontinental e Mundial de Clubes – e 18 títulos sul-americanos – considerando Copa Libertadores da América. São títulos femininos: seleção com sete Títulos da Copa América Feminina – 1991, 1995, 1998, 2003, 2010 e 2018 – e 2 títulos dos Jogos Pan-Americanos (SILVA, 2017).

Como dito, o futebol é dos esportes mais assistidos e praticados no mundo. Chama a atenção de milhões de espectadores e movimenta milhões de dólares. Atrai interesse de importantes personalidades, tanto comerciais como políticas (CANETTIERI, 2010 *apud* MARCELINO, 2022). No entanto, vale salientar esse esporte tem a característica de desenvolver-se no âmbito nacional, o que garante, identificação nacional. Assim sendo, políticos das nações em que o futebol aparece como identidades nacionais encontraram no futebol e, em especial, nas seleções nacionais a força necessária que garanta a unificação social e o reforço. A sua legitimidade frente à sociedade. Ademais, ao mesmo tempo em que o futebol foi se popularizando seu campo de atuação no cenário internacional foi crescendo. Diante desse fenômeno percebe-se seu aproveitamento como ferramenta às políticas de demonstração de poder (DRUMOND, 2013; CAON, 2021 *apud* MARCELINO, 2022).

### **2.3 O futebol: O Estado Novo Vargasista e construção de uma identidade nacional.**

Aqui se busca fazer compreender como os governos autoritários que dominaram o Brasil no decorrer do século XX participaram, na promoção do futebol. Foi feito o uso de princípios

da História cultural, teóricos quanto metodológicos com objetivo de orientar esse estudo sobre futebol e política no Brasil. No século XX ganhou o prestígio de um dos mais valiosos bens culturais brasileiros. Busca-se captar razões pelas quais as ditaduras, de 1937 e a de 1964, aplicarem tanto empenho no futebol, que astúcias utilizaram nesse empenho. Que papel esses governos desempenharam quanto ao desenvolvimento do esporte no Brasil, ao tempo em que o futebol era matéria de importância às suas políticas culturais (LIMA, 2022).

Foi com um golpe militar que Getúlio Vargas<sup>1</sup> e seu grupo político subiu ao poder em 1930, derrubando a elite dominante que desde 1894 permanecia em evidência e a partir de então dando início a uma remodelação do Estado Nacional brasileiro. O governo necessitava de formatar a identidade nacional e lançou mão de modelar uma cultura popular com possibilidade de revelar a integração social, tão desejada. Exatamente nesse ponto o futebol torna-se um atrativo para o novo regime (SANTOS, 2022).

No Brasil, o golpe de 1930, Vargas centraliza o poder no Executivo Federal e busca acabar de vez com os movimentos separatistas, os regionalismos existentes no federalismo da Constituição de 1891 que atrapalhava a unificação da identidade nacional. Por quase 15 anos Vargas trabalhou para criar a figura do condutor da nação e a figura foi sendo criada desde o início. Vargas Fundou o Departamento Oficial de Publicidade – tentativa de o Estado controlar a informação e promover Vargas –, criou o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, órgão a ele vinculado. O DIP utilizava e controlava cinema, rádio, imprensa, literatura social e política, promovia valores importantes ao governo – nacionalismo e trabalho – utilizando jornais, revistas e músicas populares, encomendadas pelo regime. Vargas criou a imagem de condutor da nação, atrelada ao populismo. Getúlio foi “pai dos pobres”, “defensor dos humildes” e “estadista à frente de um Brasil autenticamente brasileiro”, devido às diversas melhorias trabalhistas que se celebrizaram na Consolidação das Leis de Trabalho – CLT e na instauração de um salário-mínimo (SANTOS, 2022).

Um dos pilares que fortaleceu o Estado Novo foi a propaganda política, que teve um papel fundamental na legitimação do governo Vargas. Além de ser um meio de divulgação das realizações do Estado, ela foi criada como uma estratégia de poder destinada à formação de consciências, à criação da imagem de Getúlio como um líder carismático e ao fortalecimento da ordem autoritária. Nesse contexto, a propaganda varguista atuava como um instrumento de

---

<sup>1</sup> Getúlio Vargas (1882-1954) foi presidente do Brasil em dois períodos: de 1930 a 1945, inicialmente como chefe do Governo Provisório, depois eleito pela Constituinte (1934) e, por fim, como ditador no Estado Novo (1937-1945); e de 1951 a 1954, quando retornou pelo voto popular, até seu suicídio. Seu governo marcou-se pela centralização do poder, modernização econômica, políticas trabalhistas e forte uso da propaganda.

integração social e manipulação simbólica das massas, enquanto escondia as tensões e contradições existentes na sociedade brasileira (CAPELATO, 2009).

A década de 1930, quanto aos esportes, patenteou modificações ideais sobre como exercer a atividade esportiva brasileira quanto às pretensões de unir educação física e civismo. O uso dos eventos cívicos, ao discursar nos estádios do Pacaembu ou do Vasco da Gama, para promoção de atividades esportivas incluía anúncios de alguma lei ou de alguma medida em favor dos trabalhadores (SANTOS, 2015).

Vargas não se encaixava no papel que buscava desempenhar tinha baixa estatura, marcado por atitudes elitistas – usava chapéu Gelot, consumia charutos, gostava de golfe e não tinha interesse por futebol. Entretanto o povo via nele a figura paternal, onde a altura e o “sorriso bondoso” se destacavam, tanto que a propaganda o chamava de “nosso querido baixinho”. Nesse ambiente de construção de identidade nacional e do nacional-populismo o futebol vai além do lúdico e ganha proporções inimagináveis (SANTOS, 2022).

O futebol brasileiro individualista, exibicionista e irreverente, não cedeu às primeiras tentativas de Vargas de agregação como ferramenta política. O Estado Novo tinha o objetivo de fazer do Brasil um país ordenado, disciplinado e coletivo por meio do jogo, entretanto existia certos aspectos que iam de encontro a tal plano. No Brasil o estilo do futebol é bem característico o modo de se jogar, agressivo, libertário e individualista, sempre com um misto de elegância, malícia e esperteza um tanto quanto de malandragem. Tudo isso evidenciava-se com Leônidas, também conhecido como “Diamante Negro”. O melhor e mais conhecido jogador da época era negro, malandro e de um estilo de jogo individualista e essas características iam de encontro aos valores básicos do Estado Novo (SANTOS, 2022).

Apesar de não gostar de futebol, Getúlio Vargas viu no futebol e em Leônidas a possibilidade de ferramenta de propaganda. Por meio do controle da imprensa, o governo tentou modificar a imagem de Leônidas, chegou a afirmar ser ele um “mestiço a serviço da nação”, no entanto o que mais se admirava em Leônidas era a falta de compromisso e a brincadeira. Em 1940 foi inaugurado o Estádio do Pacaembu, em São Paulo como propaganda, além de, a Copa do Mundo de 1938 foi outro caso de divulgação política.

Existia uma disputa entre São Paulo e Rio de Janeiro quanto ao melhor futebol do país e isso era resquício do regionalismo federativo pré-1930. O governo Preocupado em desenvolver um sentido de unidade nacional, proporcionou a formação de um escrete composto pelos melhores jogadores da nação para promover o futebol e a imagem do Brasil ao resto do mundo (SANTOS, 2022).

Pôr o futebol possibilitar a existência de ligação entre os atores do espetáculo, o jogador como produtor e o torcedor como receptor e nesta ligação não há sujeição. A participação do torcedor, no espetáculo, em várias ocasiões atua no resultado do jogo (SOUZA, 2008). O que leva à seguinte conclusão:

A seleção Brasileira seria o veículo perfeito a dar concretude à idealização de democracia social do Estado Novo. Não com o fora antes de 1930, quando os *scraths* eram formados por jogadores brancos de boa família. Mas sim com pobres e ricos, negros e brancos, representando uma única nação (SOUZA, 2008. Pág. 37).

Avesso à República Velha onde apenas jogadores brancos e de famílias ricas eram selecionados agora a Seleção Brasileira tornou-se o meio ideal para dar feição à idealização de democracia social do Estado Novo. Assim o torcedor vendo a seleção jogar via-se como num espelho e, assim sendo se sentia parte dele (SANTOS, 2022).

#### **2.4 O futebol: A Ditadura Militar de 1964**

Apoiados por parcela da sociedade civil, em 1964, os militares depuseram o Presidente João Goulart, com um golpe de Estado, instituindo um regime político ditatorial que durou 21 anos. Uma das medidas adotadas na área esportiva foi de os militares cancelarem o amistoso contra a União Soviética marcado pela CBD que completaria 50 anos e realizaria a Taça das Nações, torneio amistoso com jogos nos estádios do Maracanã e do Pacaembu e que representava uma tentativa de aproximação política do regime deposto. Mesmo que o fato tenha acontecido em 1964 até a Copa do Mundo de 1966 o envolvimento dos militares e do regime era puramente protocolar. Entretanto com o fracasso da seleção na competição – a pior participação do Brasil na história das Copas – provocou crise no futebol nacional, a ponto de os militares organizarem uma comissão para investigar as razões da derrota. O princípio da intervenção direta ocorreu com a Emenda Constitucional nº1, de 17 de outubro de 1969, que tornou de competência de a União legislar as normas relativas ao desporto. Desse ponto em diante estava instituído o modelo tecnocrático e centralista de conduzir os órgãos das modalidades esportivas no Brasil, passou-se aos militares o controle das ações políticas e administrativas do esporte, incorporando-o assim à ideologia do regime (LIMA, 2022).

João Havelange, tinha uma personalidade camaleônica o que se evidenciou nos anos de presidente da FIFA, a capacidade de adaptação a qualquer sistema político, manteve-se como presidente da CBD, oposto ao que ocorreu com Ministérios, governos e entidades em geral. O governo, Castello Branco, cumpriu os protocolos e recebeu os jogadores, quando da primeira Copa a ser disputada no contexto da nova ditadura, mostrando apoio e confiança no time antes da viagem. A participação da seleção foi a pior de todas as Copas disputadas até hoje. Apesar

de todo otimismo despertado pelo bicampeonato, da presença de Pelé e Garrincha no elenco e até com Vicente Feola como técnico os ingleses venceram e essa Copa ficou marcada pela violência em campo além do confronto dos modelos de futebol: o futebol-arte, dos latino-americanos, e futebol-força, jogado pelos europeus (MAGALHÃES, 2011).

No retorno ao país, quando do desembarque, a seleção foi escoltada pelo Serviço Nacional de Informações – SNI. O regime levou a sério e foi organizada uma Comissão para investigá-la com o intuito de evitar novo fracasso. Anos depois, jogadores e comissão técnica relataram sofrer pressões externas à delegação no decorrer do campeonato. Havelange sentiu a pressão oficial, e desde então a CBD se adaptava ao estilo militar, foi a militarização da CBD e da delegação. As providências foram tomadas preparando para a Copa do México em 1970 (MAGALHÃES, 2011).

A doença e morte de Costa e Silva, em 1969 levou à eleição, pelo Colégio Eleitoral do General Emílio Garrastazu<sup>2</sup> em seguida ao governo temporário de uma Junta Militar. As relações de política e futebol, com Médici se fortaleceram, afinal ele era entusiasta de futebol e, sempre fazia questão de deixar isso bem claro, assim como a Assessoria Especial de Relações Públicas – AERP, órgão da propaganda oficial. Futebol e Médici se ajustaram como uma luva, para a AERP, na elaboração da figura do líder e sua aproximação com os setores populares. A seleção foi muito utilizada, em especial depois da conquista do tricampeonato no México, houve a associação da vitória em campo com o modelo de país (MAGALHAES, 2010).

Para a Copa do Mundo do México em 1970 a seleção classificou-se em 1969, antes de Médici na presidência, sob o comando de João Saldanha, ex-técnico do Botafogo do Rio, bem conhecido por ser dos maiores críticos da ditadura, além de comunista assumido, e filiado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). Segundo alguns jornalistas falam a escolha de Saldanha se devia concordância de João Havelange para acalmar a imprensa, que atacava a seleção, colocando um dos maiores críticos como técnico e também por conta de sua popularidade (MAGALHÃES, 2011).

Parecia ser a escolha acertada e a seleção, conhecida como “as feras de Saldanha”, classificou-se sem dificuldades. Mas os problemas não tardaram. Um dos principais conflitos do técnico teria sido diretamente com o Presidente Médici, que todos sabiam ser um fanático por futebol. O Presidente achava que o jogador Dario, do Atlético Mineiro, deveria ser escalado para a seleção. Quando indagado sobre os palpites presidenciais em seu trabalho, Saldanha não

---

<sup>2</sup> Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) foi presidente do Brasil entre 1969 e 1974, período conhecido como “anos de chumbo” da ditadura militar, marcado pelo auge da repressão política, censura e perseguição a opositores, ao mesmo tempo em que ocorreu o chamado “milagre econômico”.

se preocupou em responder com a acidez que o caracterizava: “Vamos combinar o seguinte: o senhor escala seu Ministério, eu escalo a seleção.” (MAGALHÃES, 2011).

Também era motivo de preocupação para os militares a imagem do regime, boatos afirmavam que o técnico levava documentos para o exterior denunciando a violência do governo, o que se negava oficialmente. Para piorar, Saldanha desentendeu-se com a estrela da seleção, Pelé. O então ministro da Educação e Desportos Jarbas Passarinho, afirmou que a situação e a crise na seleção afetavam diretamente o país, que era uma questão de interesse nacional e exigiu explicações. Havelange foi convocado para conversar com o próprio Ministro e com o chefe do SNI, o general Carlos Alberto de Fontoura; com o chefe do Gabinete Civil, João Leitão de Abreu; e o chefe do Gabinete Militar, João Baptista de Oliveira Figueiredo. Foi quando a seleção virou em definitivo um modelo militar, ordenada e disciplinada (MAGALHAES, 2011).

Mesmo hoje, a contratação e a saída de Saldanha são incógnitas do mundo esportivo brasileiro. O treinador foi substituído pelo ex-jogador e bicampeão Mário Jorge Lobo Zagallo, que afirmava não ter havido interferência do regime na seleção. Os militares também se aproveitavam da participação brasileira por ser a primeira vez que os jogos seriam transmitidos ao vivo pela televisão resultando em arma nas mãos da propaganda oficial do regime. O governo associou o bom momento econômico com a possibilidade de adquirir televisores e assim acompanhar a seleção de casa (MAGALHÃES, 2011).

As comemorações pela conquista da Copa de 70 levaram o presidente Médici a abrir o Palácio da Alvorada ao público, a enviar telegramas à delegação brasileira e a aparecer na televisão fazendo embaixadinhas. Esse era o uso da TV como principal divulgação do discurso do regime e sua propaganda. No retorno dos jogadores, Médici os recepcionou tirando fotos com a taça Jules Rimet e divulgando amplamente nos meios de comunicação. O presidente fazia esforços para se aproximar dos brasileiros o que se podia perceber em seus discursos (LIMA, 2022). Por ocasião da vitória na Copa, Médici pronunciou a seguinte mensagem:

Na hora em que a Seleção Nacional de Futebol conquista definitivamente a Copa do Mundo, após memorável campanha, na qual só enfrentou e venceu adversários do mais alto valor, desejo que todos vejam no Presidente da República um brasileiro igual a todos os brasileiros, como um homem comum, como um brasileiro que acima de todas as coisas, tem um imenso amor ao Brasil e uma crença inabalável nesse país e nesse povo, sinto-me profundamente feliz, pois nenhuma alegria é maior no meu coração do que a alegria de ver a felicidade de nosso povo, no sentimento da mais pura exaltação patriótica. [“O valor do homem brasileiro”, Mensagem do Presidente Médici ao povo brasileiro, quando da vitória da Seleção no Campeonato Mundial de Futebol, a 21-6-1970. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970>>] (LIMA, 2022).

Percebe-se no discurso, não só o ufanismo característico da celebração do título da seleção, mas também o esforço de construir a imagem de um presidente próximo ao povo, como um “homem comum”, “um popular” que sente pelo povo o mesmo. Na sequência ele associou a vitória ao modelo de sociedade propagado pela Ditadura. Para o resto do planeta, o tricampeonato em 1970 levava o futebol brasileiro ao auge e tal sucesso foi muito bem aproveitado pela Ditadura Militar (LIMA, 2022).

Depois da conquista do tricampeonato, o Presidente Médici assina o Decreto-Lei nº 1.106/70, instituindo o Programa de Integração Nacional – PIN que anunciava a criação de maior unidade entre as regiões do Brasil, com atenção especial a obras de infraestrutura econômica e social no Norte e Nordeste, a política de expansão da fronteira agrícola e a construção da rodovia Transamazônica, ações, estas de destaque deste programa desenvolvimentista (LIMA, 2022).

Havia o desejo de integrar o futebol de clubes no Brasil e era antigo. Já tinha acontecido algumas tentativas como a da Taça Brasil disputada entre 1959 e 1968, que foi substituída pelo Torneio Roberto Gomes Pedrosa, conhecido como Robertão. O Robertão congregava somente os maiores clubes da época e não eram os campeões estaduais do ano anterior. O Robertão – Taça de Prata, para a CBD – foi sucesso de público e de crítica. O Campeonato Brasileiro de Futebol foi criado e organizado pelo Regime Militar em 1971, fazendo parte do discurso e da política de integração nacional. Foi viabilizado pelo governo, por meio do Ministério da Educação e Cultura – MEC, que destinou recursos, da Loteria Esportiva criada em 1969, às viagens e hospedagens dos times do campeonato (LIMA, 2022).

Com a criação e o patrocínio do Campeonato Nacional de Futebol em 1971 a expansão e a projeção nacional do futebol no Brasil foram muito grandes e cresceu ainda mais o uso político do esporte pelo Regime Militar, principalmente depois da saída de João Havelange para a presidência da FIFA, em 1975. Havelange foi substituído pelo Almirante Heleno Nunes, militar e político ligado à Aliança Renovadora Nacional – ARENA, partido de sustentação política à Ditadura na área Legislativa (LIMA, 2022).

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No Estado Novo, a ação do Estado de intervir, ordenar, disciplinarizar o futebol foi mais explícito. A criação do CND, em 1941 e no âmbito, a consolidação da CBD como mandatária

do futebol, significou a estruturação do esporte em âmbito nacional, sob controle governamental.

Acima da organização/disciplinarização do futebol, evidencia-se o uso político deste, porque o Estado Novo “cuidava”, não apenas com zelo dessa prática cultural, como inclusive incentivando, apoiando, reconhecendo, organizando o futebol. Utilizava-se dele como veículo de comunicação com o povo, transmitindo por seu meio ideologias caras ao regime como orgulho nacional, solidariedade coletiva, harmonia e cooperação, o convívio social inserido em um amor nacional, que unia e integrava os cidadãos entre si e estes ao Estado — todos irmanados pela mesma paixão, como se todos comungassem dos mesmos objetivos nacionais.

A Ditadura Militar de 64 fez uso do futebol como meio de comunicação entre governo e povo, comunicação emocional que estampava a imagem de integração governo-povo, de compartilhamento dos ideais do Estado.

Na divulgação do futebol, as ditaduras produziram e disseminaram imagens de confraternização entre o líder político e os jogadores, entre líder e esperança nacional, entre o líder e a vitória. O sucesso no futebol devia ser considerado de suma importância à montagem de estratégias das políticas culturais dos governos autoritários, tanto que, na preparação da seleção para a Copa de 70 a Ditadura Militar aceitou a presença de João Saldanha, publicamente conhecido como comunista e filiado ao Partido Comunista Brasileiro – PCB desde 1930, perseguido pelo Estado Novo e preso no Governo de Gaspar Dutra, como técnico da seleção brasileira.

O controle social, observa-se que a Ditadura Militar de 64 iniciou a intervenção no esporte da mesma maneira que o Regime Vargas ordenando, disciplinando e legislando, como na criação da Emenda nº 1 à Constituição de 1967, onde centralizava as decisões do setor esportivo. Em seguida ao que o futebol oferecia como retorno político foi intensificado ainda mais com a vitória da Copa de 70. Daí em diante a Ditadura Militar investiu fortemente na expansão do futebol, criando e patrocinando a realização do campeonato nacional, trazendo mais estados ao cenário do esporte nacional.

Em resumo, o futebol no Brasil não se estabeleceu apenas devido à paixão do público, mas também pela sua integração política. O esporte foi usado como meio de comunicação e integração simbólica durante regimes autoritários, criando uma imagem de unidade nacional que, apesar de esconder contradições sociais e políticas, fortaleceu o sentimento coletivo de identidade e pertencimento em relação ao esporte.

## Referências:

BERTUOL, Mayara Karoline; CALÇADO, Danilo. *A Profissionalização do Futebol*. 2010. Disponível em: <  
<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/2374/1801#>>. Acesso em: 12 mai.2025.

COELHO, J. H. *Futebol e política no Brasil: bases de multinotabilidade e padrões de imbricação*. Dissertação de Mestrado. São Luís: Universidade Federal do Maranhão. 2017.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. – 4ª ed . - São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, P. V. C. L. *O Uso político do futebol pela Ditadura Vargasista (1937-1945) e pela Ditadura Militar (1964-1985)*. Trabalho de conclusão de curso (TCC), Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. *Histórias do futebol*. São Paulo: Arquivo Público do Estado. 192 p.: il. (Coleção Ensino & Memória, 1) 2010.

MAGALHÃES, L. G. *Futebol em tempos de ditadura civil-militar*. In: XXVI simpósio nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP. v. 1. 2011.

MALERBA, J. *Em Busca de Um Conceito de Historiografia - Elementos para uma Discussão*. Varia História, Belo Horizonte, v. 17, p. 23-56, 2003.

MANOEL, Glenda Bastos. *A Evolução Histórica do Futebol no Brasil: O início de sua construção como identidade nacional*. 2017. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://universidadedofutebol.com.br/wp-content/uploads/2017/03/a-evolu%C3%A7%C3%A3o-historia-do-futebol-no-brasil.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2025.

MARCELINO, Maria Eduarda. *O futebol além das quatro linhas: a utilização do esporte como instrumento de política interna e externa pelas ditaduras militares no Brasil e na Argentina*. orientador, Márcio Roberto Voigt. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2022.

MINAYO M.C.S. *O desafio do conhecimento*. 12ª ed. São Paulo: Editora Hucitec; 2010.

SANTOS, H. L. S. *Ditadura militar e futebol: A origem do esporte e sua utilização como ferramenta para legitimar os governos autoritários no Brasil*. Rio de Janeiro, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, J. L. A. G. *Nacionalismo, populismo e futebol na Era Vargas*. Ludopédio, São Paulo, v. 157, n. 7, 2022

SCHLATTER, B. B. N. *Futebol e populismo: o esporte das multidões e a política das massas*<sup>1</sup>. Revista do historiador, Rio de Janeiro v. 02, 2009.

SILVA, Daniel Neves. 2017. *Futebol*. Disponível em:  
<<https://mundoeducacao.uol.com.br/educacao-fisica/futebol-2.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

SOUZA, Denaldo Archone de. *O Brasil entra em Campo! Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. - São Paulo: Annablume, 2008. 220 p. -

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

## Submissões

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso. [Acesso](#) em uma conta existente ou [Registrar](#) uma nova conta.

## Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- Declaro estar ciente que as submissões que não estiverem de acordo com as normas da Revista serão devolvidas.
- Declaro que o presente texto é resultado de pesquisa original e não se encontra submetido a nenhum outro periódico ou livro.
- Declaro estar ciente da Política de Conflito de Interesses da Revista que se encontra em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/about>
- Declaro estar ciente da Política de Multiautoria da Revista ao submeter o manuscrito, a qual se encontra em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/about>
- Declaro estar ciente da Política de Direitos Autorais da Revista, bem como da circulação do texto em acesso aberto sob licença internacional Creative Commons (CC-BY) 4.0.
- Declaro que todos os autores e coautores têm o título de mestre em História ou áreas afins (Apenas as submissões para a seção História Hoje em Sala de Aula podem ser realizadas por graduados.)

## Diretrizes para Autores

A Revista História Hoje recebe, em fluxo contínuo, resenhas, entrevistas e artigos, para a seção de artigos avulsos e para as seções *E-Storia*, *Falando de História Hoje*, *História Hoje na Sala de Aula*. Os textos devem estar em língua portuguesa, espanhola, inglesa ou francesa.

1. A titulação mínima exigida para publicação na Revista História Hoje **é a de mestre**, com exceção da Seção História Hoje em Sala de Aula, que recebe artigos de graduados e mestrandos.
2. O(a) autor(a) que já tenha publicado na Revista História Hoje apenas poderá submeter novo artigo decorrido um ano da data de publicação do artigo anterior.
3. Todos os trabalhos devem ser apresentados **sem qualquer marca de autoria**, inclusive nos metadados do programa Word. O programa utilizado na elaboração do arquivo deve ser compatível para ser aberto no programa Word, do Windows. As imagens devem estar em até 300 dpi.
4. É necessária a inclusão do **documento suplementar**, que deve ser anexado na plataforma de submissão, contendo os dados completos do autor (nome, filiação institucional, titulação acadêmica, endereço institucional e *e-mail* para correspondência). Nesta mesma folha, o autor deve também declarar que o texto submetido é inédito, atestando que nunca foi publicado, e que não se encontra em processo de julgamento em nenhum outro periódico ou coletânea.
5. Caso o trabalho tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deverá ser mencionada.

6. As traduções devem vir acompanhadas de autorização formal do autor e do original do texto.

7. Os **artigos** (para todas as seções, excluindo Entrevista e Resenha) terão a extensão entre 5500 palavras a 8500 palavras (15 a 20 páginas em formato A4, sem contar as referências), digitadas em fonte Times New Roman 12, com espaço 1,5. As citações com mais de três linhas deverão ser feitas em destaque, com fonte 11 e recuo de 4 cm. Margens: superior e esquerda: 3,0 cm; inferior e direita: 2,0 cm.

Os artigos devem obrigatoriamente ser acompanhados de **título em português e em inglês**, resumo e abstract, de no máximo 10 linhas ou 140 palavras, 3 palavras-chave e 3 *keywords* e referências completas ao final do artigo.

7.1 – Ordem de apresentação dos textos deve ser a que se segue:

**\* Artigos escritos em língua portuguesa:**

a) Título, resumo e três palavras-chave.

b) Obrigatoriamente título, resumo e palavras-chave em inglês e opcionalmente em espanhol.

**\* Artigos escritos em língua estrangeira:**

a) Título, resumo e palavras-chave no idioma original do artigo.

b) Obrigatoriamente título, resumo e palavras-chave em inglês (se este não for o idioma original) e em português.

**8. Citações e referências (bibliografia)**

- A revista utiliza as normas da ABNT para citações e referências.

· As citações devem ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data.

· Citação de até três linhas: dentro do corpo do texto, entre aspas, fonte igual à do texto.

· Citação de mais de três linhas: fora do corpo do texto, fonte 11, recuo de 4 cm, sem aspas (ou qualquer outro destaque), espaçamento interlinear simples, margem direita igual à do texto.

**- Nome do autor da obra, para os dois casos acima:**

· No corpo do texto (grafia normal para nomes próprios). Exemplo: Segundo Mota (1997, p. 87), “O conhecimento acadêmico [...]”;

· Entre parênteses, sobrenome em CAIXA ALTA. Exemplo: “O conhecimento acadêmico [...]” (MOTA, 1997, p. 87).

9. As **resenhas** poderão ter entre 1.000 e 1.500 palavras, com título em português e em inglês. Fontes e margens seguem as mesmas normas dos artigos. Devem referir-se a livros nacionais publicados no mesmo ano ou no ano anterior ao da submissão, ou livros estrangeiros publicados nos últimos quatro anos. **O título da resenha deve vir em português e em inglês.**

10. As **entrevistas** devem ser relacionadas à História e seu ensino, formação docente em História, políticas públicas educacionais e/ou demais temas que estejam inseridos nos debates da área. **O título da entrevista deve vir em português e em inglês, assim como uma breve apresentação do/a entrevistado/a.**

11. Os textos para seção **E-Storia** devem constituir-se em artigos que relatem experiências ou sejam resultados de pesquisa sobre as relações possíveis entre o Ensino de História e as Tecnologias de Informação e Comunicação. As exigências formais são as mesmas aplicadas aos artigos, itens 7, 7.1 e 8.

12. Os textos para a seção **História Hoje na Sala de Aula** devem constituir-se em artigos sobre processos, dinâmicas, estratégias de ensino, procedimentos didáticos e/ou questões relacionadas ao Ensino de História em Sala de Aula – preferencialmente, propostos por professores que atuem na Educação Básica. As exigências formais são as mesmas aplicadas aos artigos, itens 7, 7.1 e 8.

13. Os textos para a seção **Falando de História Hoje** devem constituir-se em artigo sobre questões teóricas, conceituais e/ou metodológicas da área da História que sejam capazes de adensar e contribuir para o debate sobre o ensino de História. As exigências formais são as mesmas aplicadas aos artigos, itens 7, 7.1 e 8.

14. As submissões para a seção **Bricolagens Históricas** podem assumir formatos diversos (desenhos, tirinhas de histórias em quadrinhos, charges, poesias, canções, memes, cartuns, caricaturas, linhas de tempo, dentre outros). Junto ao material inédito produzido deverá ser encaminhada a apresentação do material destacando a articulação com o ensino de História e, se for o caso, as orientações e/ou sugestões para seu uso didático. A titulação mínima para essa seção, que não é indexada, é graduando. As exigências formais são as mesmas aplicadas aos artigos, itens 7, 7.1 e 8.

15. A publicação e os comentários a respeito de documentos inéditos seguirão as normas especificadas para os artigos.

16. As **notas** (organizadas por números e não símbolos ou letras) devem ser colocadas no final do texto, não ultrapassando o número de 30. Elas deverão ter cunho explicativo e serem imprescindíveis.

17. As Referências ao final do texto são obrigatórias e restritas aos autores, documentos, páginas da internet etc. referenciados no corpo do texto. Elas deverão ser listadas em ordem alfabética.

18. Normatização das referências bibliográficas, que devem constar ao final do texto:

**Livro:** SOBRENOME, Nome. *Título do livro em itálico*: subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano.

**Capítulo ou parte de livro:** SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro. In: SOBRENOME, Nome. *Título do livro em itálico*: subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano. p.xxx-yyy. (página de início e de fim)

**Artigo em periódico:** SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Título do periódico em itálico*, Cidade: Editora, v.xx, n.xx, p.xxx-yyy, ano. (página de início e de fim). Disponível em: www.....; Acesso em: dd mmm. ano.

**Trabalho acadêmico:** SOBRENOME, Nome. *Título em itálico*: subtítulo. Dissertação/Tese (Mestrado/Doutorado em .....). Unidade, Instituição. Cidade, ano. np. Disponível em: Endereço eletrônico. Acesso em: dd mmm. ano.

**Texto obtido na internet:** SOBRENOME, Nome. Título. Data (se houver). Disponível em: www.....; Acesso em: dd mmm. ano.

**Trabalho apresentado em evento:** SOBRENOME, Nome. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO, número (se houver), ano, Local do evento. *Anais...* Local: Editora (se houver), ano. p.xxx-yyy. (página de início e de fim). Disponível em: www.....; Acesso em: dd mmm. ano.

## Artigos

Política padrão de seção

## Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.



Este obra está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

# Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

---

[Enviar Submissão](#)

## Idioma

[Português \(Brasil\)](#)

[English](#)

[Español \(España\)](#)

---

Revista História Hoje, São Paulo, SP, Brasil, e-ISSN: 1806-3993

## Indexadores



Platform &  
workflow by  
OJS/ PKP